

## Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 502, de 2011

1

Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011	Projeto de Lei do Senado nº 502, de 2011	Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo)
	Estabelece a obrigatoriedade de que a <b>pessoa jurídica integrante da administração indireta</b> divulgue os nomes, currículos, endereços, telefones e endereços eletrônicos de seus <b>conselheiros e</b> dirigentes.	Altera a Lei nº 12.527, 18 de novembro de 2011, para estabelecer a obrigatoriedade de que a <b>Administração Pública</b> divulgue os nomes, currículos, endereços, telefones e endereços eletrônicos de seus dirigentes.
	O CONGRESSO NACIONAL decreta:	O CONGRESSO NACIONAL decreta:
		<b>Art. 1º</b> O <b>art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011</b> , passa a vigorar com as seguintes alterações:
<b>Art. 8º</b> É dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.		“ <b>Art. 8º</b> .....
§ 1º Na divulgação das informações a que se refere o caput, deverão constar, no mínimo:		§ 1º .....
..... VI - respostas a perguntas mais frequentes da sociedade.		.....
	<b>Art. 1º</b> A pessoa jurídica integrante da administração pública indireta federal é obrigada a divulgar, <b>inclusive na rede mundial de computadores (Internet)</b> , nomes completos e currículos de seus <b>conselheiros</b> , dirigentes e assessores de nível superior, bem como os meios de contato com esses profissionais, dos quais deverão constar, no mínimo, endereços completos, telefones e endereços eletrônicos ( <i>e-mails</i> ) institucionais.	VII – nomes completos e currículos de seus dirigentes e assessores de nível superior, bem como os meios de contato com esses profissionais, dos quais deverão constar, no mínimo, endereços completos, telefones e endereços eletrônicos ( <i>e-mails</i> ) institucionais.
§ 2º Para cumprimento do disposto no caput, os órgãos e entidades públicas deverão utilizar todos os meios e instrumentos legítimos de que dispuserem, sendo obrigatória a divulgação em sítios oficiais da rede mundial de computadores ( <i>internet</i> ). .....		.....
§ 4º Os Municípios com população de até 10.000 (dez		



## Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 502, de 2011

2

Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011	Projeto de Lei do Senado nº 502, de 2011	Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo)
mil) habitantes ficam dispensados da divulgação obrigatória na internet a que se refere o § 2º, mantida a obrigatoriedade de divulgação, em tempo real, de informações relativas à execução orçamentária e financeira, nos critérios e prazos previstos no <a href="#">art. 73-B da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000</a> (Lei de Responsabilidade Fiscal).		
	<b>Art. 2º</b> Para os fins <b>desta Lei</b> , considera-se:	§ 5º Para os fins <b>do inciso VII do § 1º</b> , considera-se:
	I – dirigente <b>da pessoa jurídica</b> todo o profissional que exerça funções de direção e chefia, do dirigente máximo <b>da</b> entidade até o terceiro nível hierárquico inferior;	I – dirigente todo o profissional que exerça funções de direção e chefia, do dirigente máximo <b>do órgão ou</b> entidade até o terceiro nível hierárquico inferior;
	II – assessor de nível superior todo o profissional que preste assessoria aos dirigentes referidos no inciso I.	II – assessor de nível superior todo o profissional que preste assessoria aos dirigentes referidos no inciso I.” (NR)
	<b>Art. 3º</b> Esta Lei entra em vigor em 45 (quarenta e cinco) dias da data de sua publicação.	<b>Art. 2º</b> Esta Lei entra em vigor em 45 (quarenta e cinco) dias da data de sua publicação.

